



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

04 de Setembro 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Política educacional		Página: Online

DO JORNAL O SERVIÇO DO ESTADO * F. N. * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Escola deve estar no centro da política educacional, dizem especialistas

O caminho para a construção de um sistema nacional de educação de qualidade que atenda às demandas da população brasileira é colocar a escola no centro da política educacional. Essa foi uma das conclusões dos especialistas nacionais e internacionais que participaram do Seminário Internacional de Gestão Escolar, promovido pelo Instituto Unibanco e correalizado pela Folha, que terminou nesta quinta (3), em São Paulo.

Assim como o Sistema Único de Saúde (SUS) colocou a Unidade Básica de Saúde (UBS) como peça central do seu modelo de atuação, uma abordagem parecida pode ser utilizada com a escola. "A narrativa no Brasil sempre foi no sentido de buscar a expansão da matrícula, o que é uma tarefa contínua, já que ainda existem no país 14 milhões de analfabetos acima de 15 anos de idade", afirmou Daniel Cara, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Segundo ele, embora o SUS tenha problemas, colocar as unidades de saúde no centro do processo de gestão tem sido um acerto.

Até as décadas de 1980 e 1990, a universalização do ensino, e não sua qualidade, foram os motes de atuação dos governos. Com o Plano Nacional de Educação, a qualidade chega ao centro do debate, mas é preciso olhar também para temas-chave na redução das desigualdades sociais que afetam a educação no país, como a falta de infraestrutura das escolas, muitas vezes carentes até de banheiros, e as questões que envolvem remuneração e carreira dos professores.

Para Sérgio Roberto Gomes de Souza, diretor da Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação, um dos caminhos para se avançar na implementação do Plano Nacional de Educação é desenvolver mecanismos mais efetivos de controle e participação social que aproximem a sociedade do que acontece nas escolas, inclusive nas questões ligadas aos custos da educação.

"A forma como está definido o financiamento da educação está caduca e ineficaz. A maior parte dos municípios nem sabem de onde vêm os recursos", disse Souza.

As experiências internacionais de países como Austrália e Inglaterra, além da província canadense de Ontário, apresentadas ao longo do evento, têm em comum a análise



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

sistemática dos dados gerados nas escolas, que chegam a um nível de detalhamento ímpar em alguns países. Na Austrália, por exemplo, onde 65% dos alunos estão em escolas públicas, qualquer cidadão pode consultar, por meio do site "My School", o desempenho do aluno ao longo dos seus anos de estudo e realizar comparações entre escolas.

Para Mary Jean Gallagher, vice-ministra de Educação da província de Ontário, no Canadá, mais do que colocar o foco da gestão na escola, são os alunos que devem estar no centro das políticas públicas. "A continuidade do sistema democrático e da promoção da economia depende de que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade, então vamos pensar nelas como o eixo central do sistema", disse Gallagher.

A estratégia da província inclui, por exemplo, designar mentores para apoiar diretores de escolas em suas tarefas e um processo colaborativo onde a comunidade pode opinar sobre as mudanças que querem no currículo escolar local –recentemente, foi incorporado o ensino de educação financeira como complementar à matemática. Essas ações têm gerado resultados positivos. A taxa de conclusão do Ensino Médio em Ontário cresceu de 68% em 2003 para 79% em 2015.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Qualidade da educação		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Elite brasileira também vai mal no ensino, diz diretora do Banco Mundial

Os problemas de aprendizagem no Brasil são democráticos: embora tenham intensidade variada, atingem, sem distinção, todas as classes sociais.

Conforme lembrou a diretora-sênior para Educação do Banco Mundial, Claudia Costin, na manhã desta quinta-feira (3), os jovens da elite brasileira (25% mais ricos) têm notas piores do que os alunos 25% mais pobres dos países membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) no ranking Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos).

Na radiografia que montou dos problemas e desafios da educação no Brasil durante o Seminário Internacional Caminhos para a Qualidade da Educação Pública: Gestão Escolar, a especialista apontou a contradição entre o Brasil ser a oitava economia do mundo e ter índices tão ruins na educação. O evento é promovido pelo Instituto Unibanco e correalizado pela Folha.

Nem tudo, porém, é desgraça. O Brasil praticamente universalizou o acesso ao ensino fundamental e desde 2003 vem avançando no ensino de matemática.

Entre outros problemas citados, ela classificou as turmas noturnas de ensino médio como "arremedo de ensino". "Um terço dos alunos estuda no período, mas apenas 3,5% dos alunos da Fuvest saíram do noturno". Segundo Costin, as aulas começam mais tarde e terminam mais cedo e a evasão é bem maior.

Junto à mesa que debateu cenários de gestão e resultados educacionais para o Brasil, o presidente do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), Francisco Soares, disse que os dados coletados da trajetória de todos os estudantes desde 2007 auxiliam a entender o panorama da educação.

"Onde há sucesso, há boa gestão", afirmou. "O problema é que a Constituição prevê a gestão democrática, mas não a define". A proposta apresentada por Soares prevê três eixos principais: a garantia de direitos, a gestão participativa e a transparência.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Sobre a qualidade do ensino no país, disse que o panorama é muito amplo. "O grupo de escolas brasileiras é muito heterogêneo e desigual".

O terceiro participante da mesa, o professor inglês Anthony McNamara, membro do National College for Teaching and Leadership, trouxe como o exemplo os desafios da Inglaterra. Falando em português, afirmou que 40% dos professores abandonam a profissão antes de completar cinco anos.

Os gestores das escolas também são reticentes na hora de aceitar o cargo, pois há uma percepção de que a fiscalização é "dura, rígida e feroz", o que eleva o nível de estresse dos profissionais.

McNamara também defendeu que as escolas sejam transparentes. Além disso, disse que os maus gestores prejudicam o sistema por criarem uma cultura de conformismo. Para ele, o ambiente escolar deve ser transparente e ter trocas entre os profissionais: "O isolamento é o inimigo da melhoria".

Durante o debate, o professor inglês criticou a busca por cópias de modelos estrangeiros e comentou que o "case" da Finlândia, sempre tão lembrado como exemplo de sucesso, é bastante específico. "É um país pequeno, frio, no qual os pais têm tradição de ler para os filhos à noite durante o longo inverno. O Brasil deve procurar soluções brasileiras".

Costin, do Banco Mundial, discordou: "Deve-se adaptar os exemplos para os casos brasileiros, mas é importante olhar para o que o mundo faz".



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Pronatec		Página: Online

EM JORNAL E ARBITRADO DO BRASIL Nº 10.471 WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Dilma corta metade das vagas no Pronatec, promessa de campanha

O governo criará pouco mais da metade das vagas prometidas pela presidente Dilma Rousseff (PT) para a segunda etapa do Pronatec, programa voltado para o ensino técnico e profissional.

Em junho do ano passado, a presidente afirmou que, até 2018, iria abrir 12 milhões de novas vagas. Agora, num cenário de recessão econômica e de necessidade de cortes no Orçamento, os números oficiais mostram que essa promessa não será cumprida.

A meta atual é ofertar 5 milhões de vagas entre 2016 e 2019, segundo dados do Ministério do Planejamento.

O programa já sofreu corte neste ano, com previsão de oferta 57% menor em comparação a 2014. Segundo o Ministério da Educação, neste ano 1,3 milhão de vagas estão garantidas. Esse número deve se repetir em 2016.

Assim, o volume final será de 6,3 milhões até 2019.

"O Pronatec oferecerá, até 2018, 12 milhões de vagas para que nossos jovens, trabalhadores e trabalhadoras, tenham mais oportunidades de conquistar melhores empregos e possam contribuir ainda mais para o aumento da competitividade da economia brasileira", afirmou Dilma ao tomar posse, em janeiro.

O programa foi uma das principais bandeiras na campanha para o segundo mandato. No ano passado, a presidente participou de ao menos 11 formaturas dele.

META INICIAL

Até o final de 2014, 8,1 milhões de matrículas foram registradas pelo programa, alcançando a meta inicial definida no lançamento realizado em 2011 em pronunciamento nacional.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A maior parte dos estudantes (72%) fez cursos de formação inicial e continuada, de até quatro meses, como auxiliar administrativo e operador de computador.

Os cortes no Orçamento, no entanto, levaram à redução do ritmo de expansão do ensino técnico.

A pasta cortou R\$ 362,8 milhões do orçamento original do Pronatec, cifra modesta diante do custo total deste ano (R\$ 4 bilhões).

REPASSES

As despesas com o programa incluem alimentação, material e transporte para os alunos, além de repasse de verbas para as instituições participantes –escolas particulares, instituições federais e, principalmente, Sistema S.

O corte de R\$ 10,2 bilhões no Orçamento do MEC afetou também outras iniciativas, como Fies (financiamento estudantil) e Ciência sem Fronteiras (bolsas de intercâmbio).

Para especialistas, as medidas ainda terão impacto na execução do PNE (Plano Nacional de Educação), sancionado no ano passado.

"O plano tem metas ousadas. Com a redução de investimentos, a tendência é que isso dificulte o atendimento [da lei]", afirma Ocimar Alavarse, professor da USP.

Ele pondera, no entanto, que algumas medidas podem ter efeito positivo, ao trazer "critérios mais racionais" para a gestão pública. Um exemplo, cita, é a exigência de pontuação mínima no Enem para acesso ao Fies.

OUTRO LADO

O Ministério da Educação afirmou que, diante da "realidade econômica do país", o governo federal "está fazendo a revisão das metas de seus programas".

O MEC ponderou que os objetivos fixados pelo Ministério do Planejamento foram definidos a partir de uma "expectativa de arrecadação". "Isso significa que ao longo dos próximos anos, com a melhoria do cenário econômico, elas podem ser revistas", afirma em nota.

O Ministério da Educação ressaltou ainda que a pasta "tem trabalhado para viabilizar as metas do PNE (Plano Nacional de Educação)".

"Mesmo em um ano de ajuste fiscal, o governo federal vai ofertar um total de 1,3 milhão de novas vagas pelo Pronatec. No ensino superior, o MEC garantiu mais de 900 mil novas oportunidades no último semestre de 2015 e pretende manter ritmo igual ou superior no ano que vem, por meio de programas como Sisu, Prouni e Fies."



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Nesta quinta (3), o ministro Renato Janine Ribeiro (Educação) disse que a previsão é de um "corte maior" na área em 2016. Neste ano, a pasta sofreu um ajuste de R\$ 10,2 bilhões em seu orçamento original (R\$ 103 bilhões).

Com isso, houve redução da verba para obras em universidades federais e construção de creches, entre outros.

"O que nós estamos tentando fazer é, em um ambiente de crise, procurar gestar o máximo de soluções efetivas e eficazes com pouco custo", disse o ministro, após palestra que abriu o segundo dia do seminário internacional "Caminho para a qualidade da educação pública: Gestão Escolar", promovido pelo Instituto Unibanco e correalizado pela Folha, em São Paulo.

Janine Ribeiro citou como exemplo a abertura de salas em escolas já em funcionamento para atender crianças de até três anos, em vez da construção de novas unidades de educação infantil.

"É um programa mais barato. Então, estamos procurando administrar uma situação de crise com inteligência e com foco no resultado que seja o aluno aprender."

A redução de verbas para a educação –num momento em que Dilma Rousseff (PT) elegeu o lema "Pátria Educadora" para o segundo mandato– vem gerando críticas.

Em greve desde maio, professores e técnicos administrativos de universidades federais têm como uma das reivindicações a reversão dos cortes já realizados no MEC.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Investimentos		Página: Online

EM JORNAL - SERVIÇO DO BRASIL - 4 - 508 - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Corte maior no orçamento de 2016 'é realidade', diz ministro da Educação

O ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro, já trabalha com um cenário de "corte maior" no orçamento de sua pasta para 2016 e afirma estar buscando "soluções eficazes com pouco custo" para administrar "com inteligência" em meio à crise econômica.

"No ano que vem, infelizmente, estamos contando que vai haver um corte maior. Agora, isso é uma realidade. Vocês todos (jornalistas) noticiam que há uma crise econômica no Brasil. Isso é público e notório", afirmou Janine Ribeiro, após palestra que abriu o segundo dia do seminário internacional "Caminho para a qualidade da educação pública: Gestão Escolar", promovido pelo Instituto Unibanco e correalizado pela Folha, em São Paulo.

Conforme revelado pela Folha nesta quinta-feira (3), diante da previsão de déficit no Orçamento de 2016 enviado ao Congresso, o Palácio do Planalto decidiu congelar a oferta de novas bolsas no programa Ciência sem Fronteiras, uma das bandeiras do governo Dilma na área. O ministro da Educação disse apenas que ainda analisa o Orçamento de 2016.

Fórum de gestão escolar - 2º dia

Em 2015, a Educação já foi uma das áreas mais atingidas pelo corte orçamentário, tanto em números absolutos quanto proporcionalmente: R\$ 9,4 bilhões dos R\$ 48,8 bilhões (19%) foram cortados do orçamento aprovado deste ano para o MEC.

"O que nós estamos tentando fazer é, em um ambiente de crise, procurar gestar o máximo de soluções efetivas e eficazes com pouco custo."

Como exemplo, o ministro da Educação citou projeto da pasta para abrir novas creches no Brasil. Em vez de abrir em prédios novos unidades de educação infantil, etapa em que há déficit de vagas, o MEC planeja abrir salas de aula em prédios educacionais já existentes.

"Seria uma sala adicional em uma escola existente. É um programa mais barato. Então, estamos procurando administrar uma situação de crise com inteligência e com foco no resultado que seja o aluno aprender", afirmou Janine Ribeiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Sobre o congelamento das bolsas do programa Ciência Sem Fronteiras, o ministro emitiu apenas um breve comentário fazendo referência ao debate sobre a Lei Orçamentária de 2016 que vai se iniciar no Congresso. "O orçamento ainda não está definido e será discutido no Congresso", afirmou. "Tudo o que a gente puder fazer a gente vai fazer."

ENSINO MÉDIO

Na sua conferência, cujo tema foi "Ética e qualidade da gestão pública", Renato Janine Ribeiro afirmou que o excesso de disciplinas no ensino médio provoca problemas de logística e aprendizado, sugerindo uma articulação entre áreas do conhecimento fomentada pela escola.

"Há especialistas que defendem a redução do número de disciplinas no ensino médio, mas não adianta reduzir, por exemplo, de 13 para nove se as disciplinas representarem nove formas desarticuladas de ver o mundo", afirmou o ministro.

Janine criticou propostas para que o governo federal assuma a responsabilidade pela educação básica, um projeto que seria "burocrático, centralizador, autoritário e ineficiente".

De acordo com o ministro, o Poder Executivo deve cooperar com Estados e municípios e há várias iniciativas do MEC sendo desenvolvidas nessa direção, como a criação de uma certificação federal voltada a diretores de escola, anunciada ontem pelo secretário de educação básica do MEC Manuel Palácios.

Em sua fala, Janine fez também referência ao bom desempenho dos alunos brasileiros na última edição do World Skills, a maior competição de educação profissional do mundo. Com apenas 10% dos alunos do ensino superior na formação técnica, o país ficou em primeiro lugar, à frente de países como Alemanha e Finlândia, onde esse índice gira em torno de 50%.

Para Janine Ribeiro, a grande ambição do país é promover a igualdade de oportunidades para o ensino. "Isso é incontestável em países de primeiro mundo, mas aqui fala-se de comunismo sem saber o que esse termo significa. Trata-se simplesmente de um dever ético."

Com a universalização da educação básica, um dos desafios principais agora, segundo o ministro, é melhorar a qualidade do ensino. "E isso passa pela melhora da gestão escolar e pela valorização dos professores; o equívoco é achar que uma se sobrepõe à outra ou que elas se excluem mutuamente", disse.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Provinha Brasil		Página: Online



Cadastro para escolas participarem das duas edições da Provinha Brasil já está aberto

A partir do próximo ano, somente as redes públicas de educação que se cadastrarem junto ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) receberão o conjunto de materiais impressos (cadernos de provas e instruções) das duas edições anuais da Provinha Brasil. De acordo com a Portaria n.º 387, publicada na quarta feira, 2, no Diário Oficial da União, para fornecer a quantidade do material para escolas, turmas e estudantes, a referência será o

Censo Escolar da Educação Básica do ano imediatamente anterior. Serão consideradas as instituições de ensino que ofereçam 2.º ano do ensino fundamental em turmas regulares. Para iniciar o cadastramento, os gestores da redes públicas de educação deverão assinar um

Termo de Adesão, com validade de um ano, renovável por até quatro anos. O prazo de envio desse documento ao Inep, por meio do endereço eletrônico // , vai até 15 de novembro de 2015. Nos municípios, o termo pode ser assinado pelo secretário municipal de educação, prefeito ou representante legal de educação do município. Já na rede estadual de educação, os secretários estaduais de educação assinam o termo e na rede federal de educação, a responsabilidade é do diretor da unidade escolar ou responsável legal pela instituição de ensino.

Após o envio do Termo de Adesão, a rede de educação será contatada por e-mail pelo Inep. O conjunto de materiais da Provinha Brasil para a edição do primeiro semestre será entregue entre março e maio de 2016. Já para a edição do segundo semestre, os conteúdos serão entregues em outubro ou novembro.

Até 30 de janeiro de 2016, o Inep tornará pública a lista de redes de educação e escolas federais que aderiram ao recebimento do material impresso da Provinha Brasil nos termos desta Portaria.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Direitos		Página: Online



Trabalhador poderá faltar para participar de reuniões escolares

Proposta aprovada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado, na quarta-feira (2), permite que o empregado falte ao trabalho por um dia a cada seis meses para participar de reuniões escolares de filhos ou enteados. O PLS 620/2011, da senadora Lídice da Mata (PSB-BA), também libera o trabalhador por sete dias por motivo de doença ou deficiência de companheiros, pais, filhos ou cônjuge, desde que haja compensação.

Segundo o relator do projeto, João Capiberibe (PSB-AP), autor do substitutivo aprovado na comissão, a opinião do relator, a presença dos pais em momentos decisivos como a vida escolar e em casos de doenças dos filhos é indispensável. "Em tais circunstâncias, a presença deles garante a manutenção do vínculo familiar e transmite segurança aos filhos, oferecendo suporte emocional e o conforto psicológico indispensável a pronta recuperação da saúde e ao mais pleno desenvolvimento educacional".

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a aprovação do projeto, ao afirmar que a presença dos pais nas escolas beneficia o país. "Todos vão falar que os empresários vão ser sacrificados. Coisa nenhuma. A ida desses pais à escola vai trazer uma vantagem tão grande para o Brasil inteiro pela educação das crianças que os empresários também se beneficiarão. E o Brasil inteiro. Educação ajuda não só os que são educados. Ajuda todos que moram no país ou até no mundo inteiro".

A proposta segue agora para as Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Assuntos Sociais (CAS).



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Reconhecimento		Página: Online



Pesquisa diz que professor quer reconhecimento

O diretor executivo da Fundação Lemann, Denis Mizne, apresentou na palestra promovida pela Frente Parlamentar da Educação do Congresso Nacional, uma pesquisa do instituto Ibope Inteligência realizada com mil professores do ensino fundamental da rede pública de todo o país. Pela amostragem, denominada "Conselho de Classe", concluiu que o professor que ser visto realmente como um importante profissional da educação, ter reconhecimento e também quer ter responsabilidades.

A explanação do diretor mostrou a visão dos educadores sobre o ensino no Brasil, e contou com a participação de parlamentares como o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), deputado Angelim (PT-AC), a deputada Raquel Muniz (PSC-MG) e o deputado Pedro Uczai (PT-SC).

O evento foi conduzido pelo presidente da Frente, deputado Alex Canziani (PTB-PR). "A pesquisa é um trabalho profundo que merece muita atenção por parte das autoridades educacionais", comenta Canziani.

Denis Mizne destacou a importância da palestra apresentada pela Frente Parlamentar da Educação. "É gratificante poder trazer aqui no Congresso Nacional o resultado da pesquisa Conselho de Classe. Isso serve para ouvir os professores brasileiros e tentar dar voz a esses educadores para que eles possam cada vez mais contribuir com a formulação das políticas educacionais do país, e, além disso, que a gente consiga entender melhor quem são, o que pensam e o que querem esses profissionais que dedicam a sua vida para garantir que todas as crianças brasileiras aprendam e consigam seguir o seu potencial ao longo da vida".

O que faz os olhos dos professores brasileiros brilharem? Quais são os temas que mais os preocupam? Eles se sentem ouvidos pelos tomadores de decisão? Estas e outras perguntas foram respondidas por professores de ensino fundamental da rede pública em todo o país para a pesquisa "Conselho de Classe - A visão dos professores sobre a educação no Brasil". Encomendada pela Fundação Lemann ao Ibope Inteligência, com o apoio do Instituto Paulo Montenegro, seu objetivo foi criar um espaço para dar voz aos profissionais dessa área.

Entre outras descobertas, os pesquisadores constataram que o aprendizado dos alunos traz muito mais satisfação profissional (72%) que a remuneração dos professores (20%). Os mestres também concordam (82%) que os currículos no Brasil deveriam ter uma base nacional comum e que isso facilitaria o trabalho do professor (93%).

Prevista no Plano Nacional de Educação, a Base Nacional Comum na Educação determina os conhecimentos e habilidades mínimas obrigatórias em cada série para todas as escolas do País.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Direitos		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Comissão no Senado aprova folga para pais irem a reuniões escolares

Medida prevê uma falta por semestre para funcionário ir à escola dos filhos.

Projeto ainda precisa passar por duas comissões do Senado.

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado Federal aprovou, na quarta-feira (2), um projeto de lei que dá folga aos pais que participem das reuniões nas escolas dos filhos. O projeto tramita no Congresso desde 2011 e ainda não pode entrar em vigor. Para sair do papel, ele ainda precisa ser discutido nas Comissões de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais.

O documento aprovado pelos senadores da comissão prevê que o empregado falte ao trabalho por um dia a cada seis meses, com o objetivo de ir até a escola dos filhos para participar de reuniões com os professores. A medida também vale para enteados.

Além disso, o projeto de lei libera o funcionário por até sete dias, caso seus filhos, cônjuge, pais ou companheiros fiquem doentes ou desenvolvam alguma deficiência. Porém, nesse caso, será preciso que o empregado compense o tempo afastado do trabalho para usufrir do direito, diz o texto.

À Agência Senado, o relator do projeto, senador João Capiberibe (PSB-AP), afirmou que as dispensas nos dois casos garante maior presença dos pais na vida dos filhos. "A presença deles garante a manutenção do vínculo familiar e transmite segurança aos filhos, oferecendo suporte emocional e o conforto psicológico indispensável a pronta recuperação da saúde e ao mais pleno desenvolvimento educacional", disse o senador.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Conflitos		Página: Online



CONFLITOS DEIXAM 13,7 MILHÕES DE CRIANÇAS FORA DAS ESCOLAS, DIZ UNICEF

Relatório do Unicef divulgado nesta quinta (3) aponta impacto da violência

Fonte: G1

Relatório divulgado pelo Unicef nesta quinta-feira (3) aponta que conflitos armados e crises políticas em países do Oriente Médio e do Norte da África deixam 13,7 milhões de crianças fora das escolas.

De acordo com o Unicef, o foco do levantamento é o impacto da violência no sistema educacional de nove países das duas regiões (Síria, Iraque, Iêmen, Líbia, Palestina, Sudão, Jordânia, Líbano e Turquia). O total verificado representa 40% das 34 milhões de crianças em idade escolar nesses países.

O impacto da violência na rotina das crianças também é mostrado no levantamento de instituições afetadas: mais de 8,5 mil colégios na Síria, Iraque, Iêmen e Líbia estão destruídos. Muitas servem agora de abrigo para famílias desalojadas ou viraram instalações militares.

Além do fechamento de escolas, o relatório aponta diversos casos de ataques feitos diretamente contra crianças e professores, a maioria enquanto estavam na própria escola.

Síria

Na Síria, uma em cada quatro escolas não pode ser usada porque foi destruída ou passou a ser usada como instalação militar e cerca de 52,5 mil professores deixaram suas funções. Quando as escolas ainda estão ativas, não estão livres do risco: ao menos 20% das crianças precisam cruzar linhas de conflito para chegar às escolas em atividade.

O levantamento aponta que, na Jordânia, no Líbano e na Turquia, 700 mil crianças sírias refugiadas não podem estudar. O motivo é a falta de capacidade dos sistemas educacionais desses países. A estimativa do órgão é que nações vizinhas à Síria tenham recebido 4 milhões de refugiados sírios.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Iêmen

No Iêmen, a escalada da violência se agravou em março. Mais de 3,5 mil escolas foram fechadas e 1,8 milhão de crianças ficaram sem estudar.

O órgão aponta que já antes do atual acirramento da violência já havia 1,6 milhões de alunos com idades entre 6 e 11 anos fora da escola. A estimativa é que 80% da população do país precise de assistência humanitária.

África

No Sudão, o Unicef aponta que "quase quatro décadas de guerra deixaram mais de 3 milhões de crianças fora da escola".

Na Líbia, o acirramento dos conflitos desde maio provocam o colapso de infraestrutura e interrupção de serviços básicos. A estimativa é que dois milhões de pessoas sejam afetados pelo conflito. Escolas no noroeste e no sul do país abrigam deslocados internos e na cidade de Bengazi, a taxa de frequência escolar caiu 50%. Nesta cidade, apenas 65 das 239 escolas funcionam.

Faixa de Gaza

O ano de 2014 foi marcado por conflitos que mataram ao menos 551 crianças palestinas e outras 3,4 mil feridas. Quando o ano letivo de 2014-2015 começou, mais de 500 mil crianças não tinham possibilidade de retomarem as aulas. Os especialistas afirmam que os prédios das escolas são usados como abrigos por crianças que tiveram suas casas destruídas.

Iraque

No Iraque, escolas acomodam parte das três milhões de pessoas obrigadas a fugirem de conflitos. Pelo menos 950 mil crianças em idade escolar foram afetadas e 1,2 mil escolas em áreas de conflito foram transformadas em abrigos. Além disso, 2014 foi o ano com mais mortes desde 2008: quase 700 crianças foram mortas e outras 500, feridas. Relatório divulgado pelo Unicef nesta quinta-feira (3) aponta que conflitos armados e crises políticas em países do Oriente Médio e do Norte da África deixam 13,7 milhões de crianças fora das escolas.

De acordo com o Unicef, o foco do levantamento é o impacto da violência no sistema educacional de nove países das duas regiões (Síria, Iraque, Iêmen, Líbia, Palestina, Sudão, Jordânia, Líbano e Turquia). O total verificado representa 40% das 34 milhões de crianças em idade escolar nesses países.

O impacto da violência na rotina das crianças também é mostrado no levantamento de instituições afetadas: mais de 8,5 mil colégios na Síria, Iraque, Iêmen e Líbia estão destruídos. Muitas servem agora de abrigo para famílias desalojadas ou viraram instalações militares.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Além do fechamento de escolas, o relatório aponta diversos casos de ataques feitos diretamente contra crianças e professores, a maioria enquanto estavam na própria escola.

Síria

Na Síria, uma em cada quatro escolas não pode ser usada porque foi destruída ou passou a ser usada como instalação militar e cerca de 52,5 mil professores deixaram suas funções. Quando as escolas ainda estão ativas, não estão livres do risco: ao menos 20% das crianças precisam cruzar linhas de conflito para chegar às escolas em atividade.

O levantamento aponta que, na Jordânia, no Líbano e na Turquia, 700 mil crianças sírias refugiadas não podem estudar. O motivo é a falta de capacidade dos sistemas educacionais desses países. A estimativa do órgão é que nações vizinhas à Síria tenham recebido 4 milhões de refugiados sírios.

Iêmen

No Iêmen, a escalada da violência se agravou em março. Mais de 3,5 mil escolas foram fechadas e 1,8 milhão de crianças ficaram sem estudar.

O órgão aponta que já antes do atual acirramento da violência já havia 1,6 milhões de alunos com idades entre 6 e 11 anos fora da escola. A estimativa é que 80% da população do país precise de assistência humanitária.

África

No Sudão, o Unicef aponta que "quase quatro décadas de guerra deixaram mais de 3 milhões de crianças fora da escola".

Na Líbia, o acirramento dos conflitos desde maio provocam o colapso de infraestrutura e interrupção de serviços básicos. A estimativa é que dois milhões de pessoas sejam afetados pelo conflito. Escolas no noroeste e no sul do país abrigam deslocados internos e na cidade de Bengazi, a taxa de frequência escolar caiu 50%. Nesta cidade, apenas 65 das 239 escolas funcionam.

Faixa de Gaza

O ano de 2014 foi marcado por conflitos que mataram ao menos 551 crianças palestinas e outras 3,4 mil feridas. Quando o ano letivo de 2014-2015 começou, mais de 500 mil crianças não tinham possibilidade de retomarem as aulas. Os especialistas afirmam que os prédios das escolas são usados como abrigos por crianças que tiveram suas casas destruídas.

Iraque

No Iraque, escolas acomodam parte das três milhões de pessoas obrigadas a fugirem de conflitos. Pelo menos 950 mil crianças em idade escolar foram afetadas e 1,2 mil escolas em áreas de conflito foram transformadas em abrigos. Além disso, 2014 foi o ano com mais mortes desde 2008: quase 700 crianças foram mortas e outras 500, feridas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Responsabilidade Educaional		Página: Online



ESPECIALISTAS DEFENDEM LEI DE RESPONSABILIDADE EDUCACIONAL MENOS PUNITIVA

Para educadores, norma deve priorizar políticas de incentivo à melhoria do ensino, e não sanções a gestores

Fonte: Agência Câmara

Diferentemente de outras reuniões da Comissão Especial da Lei de Responsabilidade Educacional (PL 7420/06 e apensados), deputados e especialistas criticaram, na quarta-feira (2), o estabelecimento – na proposta – de punições a gestores por problemas de infraestrutura nas escolas e pelo mau desempenho de alunos e professores. Para a maioria dos debatedores, o texto deve priorizar o teor pedagógico e social para a melhoria do ensino.

A lei é uma exigência do Plano Nacional de Educação (PNE - Lei 13.005/14), aprovado em 2014, e já deveria estar em vigor desde junho. Ao todo, 21 propostas tramitam em conjunto na Câmara sobre responsabilidade educacional – um texto alternativo (substitutivo) chegou a ser analisado na legislatura passada, mas não foi votado.

Na avaliação do presidente do Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira, a mudança na educação tem de ser baseada em incentivos, não em sanções. “Hoje não temos a coisa mais importante, que é uma estrutura e uma política para formar professores de qualidade. A gente não cria instituição por lei; é um processo social”, disse.

Relator da comissão, o deputado Bacelar (PTN-BA) afirmou que as discussões caminham para a criação de uma lei que vise, em um primeiro momento, à melhoria da estrutura educacional para só depois cobrar resultados.

O caráter pedagógico e social também foi defendido pelo coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara. Ele ressaltou que o desafio ainda é a expansão do ensino, opinião compartilhada pela presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader. A professora alegou que o País precisa de diretrizes e qualificação adequada do corpo docente. Nader destacou ainda que já existem leis que punem administradores pelo mau uso de recursos públicos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Outra visão

Representante do Movimento Todos Pela Educação, Alessandra Gotti foi a única palestrante a defender uma Lei de Responsabilidade Educacional com punições explícitas para gestores (secretários estaduais e municipais, diretores de escolas, entre outros) em casos de irresponsabilidades administrativas. Para ela, a medida é necessária para a criação de uma “cultura de transparência”.

Requerente do debate dessa quarta e presidente da comissão especial, a deputada Keiko Ota (PSB-SP) reafirmou as observações realizadas em encontros anteriores e defendeu a responsabilização dos gestores em relação, principalmente, às verbas envolvidas. “Quando se trata de educação, é importante saber quem, como e onde o recurso foi utilizado para termos um avanço”, declarou.

O colegiado tem marcado mais duas audiências públicas neste mês para, então, dar sequência à discussão da matéria apenas entre os parlamentares. O deputado Bacelar prevê que o relatório final seja entregue no início de novembro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 04/09/2015
Assunto: Enem		Página: Online



CORRETORES DA REDAÇÃO DO ENEM TERÃO QUE FAZER TESTE ELIMINATÓRIO SOBRE CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Processo inédito é para selecionar aqueles que estiverem mais alinhados aos procedimentos do exame

Fonte: O Globo (RJ)

Após problemas com a avaliação das redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em edições anteriores, os corretores vão passar, pela primeira vez, por uma prova eliminatória presencial, com questões objetivas e discursivas, antes de realizar o trabalho este ano. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a medida deve qualificar ainda mais o processo, selecionando aqueles que estiverem mais alinhados aos critérios pré-definidos para avaliar o exame, que será aplicado a 7,7 milhões de candidatos nos próximos dias 24 e 25 de outubro.

Atualmente, 16 mil pessoas graduadas na área de Letras com formação em Língua Portuguesa estão sendo preparadas para atuar na correção, por meio de um curso de capacitação a distância com duração de 120 horas, que vai até 26 de setembro. A novidade é que, após essa etapa, elas farão uma prova presencial com cem questões objetivas sobre os critérios de correção da redação do Enem e responderão uma questão discursiva de 15 linhas para verificar a habilidade de escrita. O teste será aplicado em 49 municípios, no dia 27 do mesmo mês. Para a aprovação, os participantes precisam alcançar, pelo menos, 50 pontos na prova objetiva e cinco na discursiva.

Devidamente habilitados, os corretores vão passar por capacitação presencial de 16 horas, nos dias 7 e 8 de novembro, com base em textos redigidos por candidatos do Enem 2015. Depois, em uma avaliação que já existia nos anos anteriores, eles terão que corrigir outros textos de participantes do exame. Este material estará previamente corrigido por uma banca de especialistas do Centro de Seleção e de Promoção de Evento (Cespe).

Para ser finalmente aprovado e atuar na correção oficial, o avaliador precisa tirar nessa etapa, no mínimo, sete pontos numa escala de 1 a 10. Esta pontuação será atribuída



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

conforme a proximidade entre a nota conferida pelo candidato a corretor e a avaliação da banca sobre os textos dos participantes.

O número final de profissionais que desempenharão o trabalho é calculado apenas depois da aplicação do Enem.

Polêmicas acerca da correção dos textos têm acompanhado diferentes edições do exame. Em 2013, O GLOBO mostrou que redações do Enem 2012 que continham brincadeiras como uma receita de macarrão instantâneo e trechos do hino do Palmeiras receberam 560 e 500 pontos, respectivamente. No mesmo ano, o jornal mostrou que textos com nota 1.000 apresentavam erros grosseiros como “enchergar”, “trousse” e “rasoavel”, além de desvios graves de concordância. Após os episódios, o Inep tornou os critérios de correção mais rígidos. No Enem 2014, apenas 250 candidatos atingiram a nota máxima em redação, e mais de 529 mil receberam nota zero.

As redações são avaliadas por dois corretores independentes, que atribuem uma nota de zero a 200 pontos para cada uma das cinco competências avaliadas. Uma terceira correção é realizada em caso de discrepância maior do que cem pontos na soma total das competências ou maior que 80 pontos em pelo menos uma competência. Persistindo a discrepância, a redação é encaminhada para uma banca, que atribui a nota final.

ESPECIALISTAS ELOGIAM

Ester Chapiro, que é psicopedagoga da Central de Professores e coordenadora do projeto Enem do Colégio Santo Amaro, gostou da inclusão da prova.

— Isso é fundamental, pois minimiza dúvidas e garante que a nota do candidato seja fidedigna — elogiou.

Felipe Couto, diretor de ensino médio do Curso e Colégio pH, lembrou que uma parte considerável dos corretores foi desligada no meio do processo de correção do ano passado por não estar adequada. Uma avaliação prévia, segundo ele, evitaria isso. Couto também defendeu medidas para reduzir discrepâncias:

— Mesmo que o Inep tenha o terceiro corretor quando há discrepância, eles consideram aceitável que uma redação receba 700 e 800 pontos. Quando isso acontece, o aluno fica com nota 750. Mas, no processo seletivo da UFRJ, por exemplo, onde a redação possui maior peso, isso é uma diferença brutal.